

A IMPLEMENTAÇÃO DO ITINERÁRIO TÉCNICO E PROFISSIONAL NO ENSINO MÉDIO NA REDE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: A PARCERIA COM A FUNDAÇÃO TELEFÔNICA

JAQUELINE FERREIRA DE ALMEIDA

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, São Paulo, Brasil

JULIO CESAR TORRES

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, São Paulo, Brasil

RESUMO: O presente artigo analisa a incidência do ator privado Fundação Telefônica na implementação do itinerário de formação técnica e profissional no âmbito da Reforma Curricular em curso na Rede Estadual de Educação do Espírito Santo. Após análise documental e bibliográfica, os resultados apontam para a incidência da privatização em diferentes dimensões: na oferta de curso, no currículo e na formação de professores. Os dados evidenciam, ainda, a articulação de diferentes atores para a oferta do curso proposto pela Fundação Telefônica, fato que contribui para a ampliação dos processos de privatização e direcionamento da educação para atender aos interesses do empresariado.

PALAVRAS-CHAVE: Política Curricular. Reforma do Ensino Médio. Parceria Público-Privada. Estado do Espírito Santo.

INTRODUÇÃO

A política curricular com enfoque na última etapa da Educação Básica passou por reformulação na Rede Estadual de Educação do Espírito Santo, para atender ao proposto na reforma do Ensino Médio implementada pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

Os pressupostos da política curricular nacional preconizam ampliação de carga horária para mil horas anuais, totalizando 3 mil horas ao longo dos três anos do Ensino Médio. No entanto, desse montante, são destinadas, no máximo, 1.800 horas para formação básica geral, esta embasada na Base Nacional Comum Curricular; o restante do currículo, 1.200 horas, é destinado a um dos cinco itinerários formativos (Brasil, 2017).

A reformulação curricular¹ para o Ensino Médio na Rede Estadual de Educação do Espírito Santo encontra-se alinhada ao estabelecido pela política nacional. Desse modo, a organização curricular para o Ensino Médio ofertado pelas escolas da rede estadual destina, para a formação geral básica, 800 horas no primeiro ano e 600 horas no segundo, e reduz para 400 horas no último ano (Espírito Santo, 2022b), totalizando 1.800 horas de formação geral básica ao longo do Ensino Médio.

Complementa-se a carga horária com as unidades curriculares destinadas ao itinerário formativo, que corresponde a 200 horas no primeiro ano, 400 horas no segundo e 600 horas no terceiro, totalizando 1.200 horas no itinerário formativo, ao longo do Ensino Médio (Espírito Santo, 2022b).

Assim, o documento intitulado Plano de Implementação do Novo Ensino Médio (Espírito Santo, 2022b) propõe o estabelecimento de parcerias com atores privados para a oferta específica do itinerário formativo na Rede Estadual de Educação do Espírito San-

to. Quanto à implementação do itinerário técnico e profissional, a Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (Sedu) estabeleceu parceria com a Fundação Telefônica a fim de ofertar o curso de Técnico em Ciência de Dados.

No que tange à relação público-privada, na perspectiva de Caetano e Peroni (2022), ao se delegar a educação a atores privados, intensifica-se a privatização da educação pública, setor este considerado estratégico para o empresariado. De acordo com as autoras, “[...] a educação é estratégica para a construção de projetos societários” (Caetano; Peroni, 2022, p. 7).

Para o debate acerca da incidência da atuação do privado na política curricular, é importante ressaltar que “[...] alterar o conteúdo de formação dos estudantes, a partir das reformas curriculares, torna-se imperativo nesse período histórico, político e social em que a privatização do público tem se intensificado” (Caetano; Peroni, 2022, p. 7).

A incidência dos atores privados nas políticas curriculares para a educação profissional e tecnológica é apresentada por Moraes, Reis e Alencar (2022) ao discutirem as alterações nas políticas curriculares dos cursos técnicos em Administração ofertados pelo Centro Paula Souza, rede de escolas técnicas estaduais de São Paulo. No estudo apresentado, observa-se que a formulação de currículos da área é direcionada para atender às necessidades das empresas que são parceiras no desenvolvimento dos projetos dos cursos.

Os autores apontam que há a vinculação por duas vias na incidência nos currículos dos cursos. Uma é por via endógena, ao inserir mecanismos gerencialistas-empresariais com o intuito de gerir a equipe e as ações educacionais. O outro aspecto da incidência dos atores privados é por intermédio do direcionamento dos conteúdos e do que é ensinado, a partir da condução e formulação das políticas curriculares (Moraes; Reis; Alencar, 2022).

Essa perspectiva, de privatização por via dupla (endógena e pela formulação e condução das políticas curriculares), também é apresentada em outros estudos. Na pesquisa desenvolvida por Moura e Oliveira (2024), há a indicação de que os atores privados promovem *soluções*, utilizando a perspectiva empresarial para questões da educação que é pública. Esse viés empresarial na educação evidencia a transferência e a adoção de modelos de gestão empresarial na educação pública, reconfigurando a política educacional, ao tornarem-se partícipes na formulação e condução da agenda educacional. De acordo com os autores, há a “[...] reconfiguração das políticas educacionais, como também para uma maior abertura para atuação de atores privados e para adoção das ‘soluções’ prontas baseadas nos parâmetros do mercado no âmbito da educação” (Moura; Oliveira, 2024, p. 18).

Ante o exposto, elencamos como objetivo deste artigo analisar a incidência do ator privado Fundação Telefônica na implementação do itinerário formativo de formação técnica e profissional na reestruturação curricular no âmbito da Rede Estadual de Educação do Espírito Santo. Para tanto, como procedimento de pesquisa, utilizou-se de análise bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica baseou-se nos referenciais que tratam das relações público-privadas com enfoque na educação. Para a discussão acerca da temática da relação público-privada, utilizamos Caetano e Peroni (2022); Moraes, Reis e Alencar (2022)

ALMEIDA, J. F. de; TORRES, J. C.

e Adrião, Garcia e Drabach (2020). Quanto ao debate com enfoque nos reformadores empresariais na educação, a pesquisa baseou-se em Freitas (2018a).

Já a pesquisa documental tomou como base os seguintes documentos oficiais da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo: Plano de implementação: Novo Ensino Médio Capixaba; na Resolução do Conselho Estadual de Educação nº 7.761/2024, que aprova a oferta do Curso Técnico em Ciência de Dados; no edital de seleção de alunos para o curso e na publicação do Resumo do Acordo de Cooperação celebrado entre a SEDU e a Fundação Telefônica. A análise documental também abrangeu documentos da Fundação Telefônica que foram elaborados para a oferta do Curso Técnico em Ciência de Dados.

Ao decidir pela pesquisa documental como procedimento para o desenvolvimento da investigação, optou-se por utilizar como referência a obra de Shiroma, Campos e Garcia (2005) para o levantamento, a organização e a análise dos documentos. Levou-se em consideração o alinhamento da perspectiva adotada pelas autoras ao analisarem políticas educacionais, utilizando-se como fonte os documentos.

O presente texto se organiza em três partes. A primeira apresenta a fundamentação legal que viabiliza o estabelecimento de parcerias público-privadas para a implementação do itinerário técnico e profissional. A segunda parte discute a implementação da parceria com a Fundação Telefônica para a oferta do Curso Técnico em Ciência de Dados. Por fim, é realizada a discussão e as considerações finais.

O ITINERÁRIO TÉCNICO E PROFISSIONAL: BASES LEGAIS PARA AS PARCERIAS

A Lei nº 13.415/2017 articula-se com diferentes dispositivos legais a fim de normatizar, orientar e direcionar as ações de implementação da reforma do Ensino Médio em âmbito nacional.

O principal deles é o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), alterado pela Lei nº 13.415/2017, o qual reorganiza a última etapa da Educação Básica, a ser composta pela Base Nacional Comum Curricular e pelos itinerários formativos, “[...] que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino” (Brasil, 1996).

Os itinerários formativos são vinculados a áreas do conhecimento e constituem-se em cinco arranjos, conforme as áreas: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV- ciências humanas e sociais aplicadas; V – Formação Técnica e Profissional (FTP) (Brasil, 1996).

Ainda com o intuito de organizar os itinerários formativos, o referido artigo 36, ao tratar da especificidade acerca do 5º itinerário (FTP), apresenta, no § 6º, as indicações para o estabelecimento de parcerias:

A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará: I - a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, **estabelecendo parcerias** e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional (Brasil, 1996, *grifos nossos*).

Para regulamentar as parcerias no âmbito do itinerário de formação técnica, o § 8º do artigo 36 especifica que a parceria seja submetida à aprovação dos órgãos competentes de regulamentação da educação:

A oferta de formação técnica e profissional a que se refere o inciso V do caput, realizada na própria instituição ou em parceria com outras instituições, deverá ser aprovada previamente pelo Conselho Estadual de Educação, homologada pelo Secretário Estadual de Educação e certificada pelos sistemas de ensino (Brasil, 1996).

Por fim, o artigo 36, com as reformulações, ainda regulamenta parcerias na forma de convênio que possam realizar o aproveitamento de conhecimentos e saberes para fins de cumprimento de carga horária no itinerário de formação técnica:

§ 11. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e **firmar convênios** com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação: I - demonstração prática; II - experiência de trabalho supervisionado ou outra experiência adquirida fora do ambiente escolar; III - atividades de educação técnica oferecidas em outras instituições de ensino credenciadas; IV - cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais; V - estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras; VI - cursos realizados por meio de educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias (Brasil, 1996, grifo nosso).

Para melhor detalhamento e direcionamento acerca do 5º itinerário, o Guia de Implementação do Itinerário da Formação Técnica e Profissional (Brasil, 2022) aborda como organizar os currículos de acordo com o tipo de curso – que pode ser de qualificação profissional (FIC) ou técnico, e ainda ser ofertado na modalidade de educação a distância –, e com o tipo de parceria a ser realizada, a qual pode ocorrer com uma instituição para a parte ofertada na modalidade a distância, por uma ou mais instituições no caso de cursos FIC, entre outras formas de organização e arranjos curriculares para viabilizar a parceria e a formação técnico-profissional (Brasil, 2022).

A partir do conjunto normativo que direciona e fundamenta legalmente o estabelecimento de parcerias para a oferta do 5º itinerário da reforma do Ensino Médio, é possível evidenciar a atuação do setor privado ao pautar a agenda das parcerias no Ensino Médio, de acordo com as bases dos pressupostos do neoliberalismo, que apregoa a ampliação do mercado para a expansão do capital.

Ressaltamos que, além das soluções educativas, há outras áreas de atuação desse mercado. Para o neoliberalismo, o Estado, ao mesmo tempo em que reduz as políticas sociais, é um importante criador de mercados oportunizando novos negócios para o setor privado, sendo que as reformas globais e educacionais passam a ter um papel importante nesse mercado. As soluções para problemas pú-

blicos foram compreendidas pelas empresas privadas, originando um mercado de serviços e produtos educativos privilegiando soluções privadas, baseados na suposição de que o Estado não é capaz de resolver os problemas atuais (Peroni; Caetano, 2020, p. 2-3).

Tendo como pressuposto que as parcerias com o setor privado na oferta educacional são uma forma de privatização, de ampliação de capital e de hegemonia, Caetano e Peroni (2022, p. 18-19) argumentam que “o Estado se torna, assim, a principal alavanca para agentes privados que têm capacidade de disputa no mercado interno e externo e na disputa da hegemonia política-ideológica, que visa consolidar estratégias de mercado nas instituições públicas”. Nesse sentido, a disputa não é apenas pela educação como mercadoria para a obtenção de lucros, mas também o setor privado disputa a “[...] hegemonia e formação de consensos para educar a classe trabalhadora” (Caetano; Peroni, 2022, p. 18).

No contexto da disputa de projetos de sociedade e da formação da juventude do Ensino Médio, a produção de discursos e de disseminação de ideias abrange uma das estratégias pela qual o setor privado atua nas políticas educacionais. Nesse sentido, de acordo com Caetano e Peroni (2022, p. 19), o setor privado e empresarial “[...] buscam educar os jovens a partir de um determinado conjunto de ideias e de um discurso ideológico que se propõe a criar as condições que favoreçam a materialização de seu projeto societário”.

Tendo como base a legislação nacional, a pauta da privatização adentra também o contexto local das redes estaduais de educação. Com base na legislação nacional, o estado do Espírito Santo firmou diferentes parcerias² para a implementação do 5º itinerário formativo, dentre as quais duas se destacam: com a Fundação Itaú Educação e Trabalho e com a Fundação Telefônica. Esta última é o foco deste trabalho, a qual promoveu a oferta do Curso Técnico em Ciência de Dados em escolas da Rede Estadual de Educação do Espírito Santo.

A INCIDÊNCIA DA FUNDAÇÃO TELEFÔNICA NA IMPLEMENTAÇÃO DO ITINERÁRIO TÉCNICO E PROFISSIONAL NA REDE ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO

No que tange à implementação do itinerário de formação técnica e profissional pela Rede Estadual de Educação do Espírito Santo, em consonância com o estabelecido na Lei nº 13.415/2017, a Secretaria de Estado da Educação (Sedu) firmou parceria com a Fundação Telefônica e com a Fundação Itaú Educação e Trabalho, com o objetivo de “[...] fortalecer as competências teórico-metodológicas dos profissionais que atuam nessa modalidade” (Espírito Santo, 2022b, p. 12).

De acordo com a Sedu, um dos objetivos da parceria com a Fundação Itaú Educação e Trabalho é:

[...] estabelece[r] a instituição como um apoio técnico à Secretaria de Educação para o desenvolvimento de ações formativas aos profissionais que atuam nesse eixo. Essas ações têm por meta instrumentalizar tais profissionais para o sucesso do Itinerário de

Formação Técnica e Profissional já vigente na rede no ano de 2022 (Espírito Santo, 2022b, p. 12).

Ao firmar as parcerias com o setor privado para o desenvolvimento da formação e o direcionamento do itinerário técnico e profissional, a Sedu amplia a incidência dos atores privados por via direta na educação pública estadual.

Ainda no que tange às parcerias firmadas e às que poderão ser firmadas para a implementação do 5º itinerário, há as parcerias para o desenvolvimento do Projeto de Vida, que é desenvolvido de forma articulada com o itinerário técnico e profissional e visando ao encaminhamento do aluno para o trabalho.

Paralelo a essas parcerias que são firmadas oficialmente, acontecem, cotidianamente, parcerias informais entre escolas e instituições diversas que têm como escopo o incentivo do jovem aos estudos e o olhar voltado para seu Projeto de Vida durante e após o término da educação básica. Essas parcerias englobam instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, **instituições dos serviços nacionais de aprendizagem**, instituições privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica devidamente **habilitadas para a oferta de cursos técnicos de nível médio**, permitindo que as práticas ajudem na formação integral do educando (Espírito Santo, 2022b, p. 13, grifo nosso).

Essas parcerias buscam a disputa pelo controle do que é ensinado (Freitas, 2018b), bem como o direcionamento dos fins da educação oferecida na última etapa da Educação Básica. Corroborando com Freitas (2018b), Caetano e Peroni (2022, p. 6) apontam que a educação:

[...] é oferecida à população, mas não necessariamente quem a executa é o Estado, permitindo que outras instituições como as do terceiro setor - institutos, fundações, associações, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) - ofereçam esse serviço ao público através da terceirização, parcerias, vouchers ou outros. Além disso, o Estado terceiriza o conteúdo da proposta educacional ao adquirir todo tipo de programa vinculado a essas instituições.

Para compreendermos a dimensão da atuação da Fundação Telefônica no âmbito da educação, contextualizamos a presença da instituição a partir dos dados apresentados por ela para o ano de 2023: 90 mil professores participaram das formações ofertadas pela instituição em cursos a distância ou presencial e 3,3 milhões de estudantes, por intermédio de ofertas de cursos de qualificação profissional e outras ações desenvolvidas para estudantes de escolas públicas. O montante financeiro da instituição foi de 56,8 milhões de reais (Fundação Telefônica, 2023).

Dentre as ações desenvolvidas pela fundação, encontra-se o Curso Técnico em Ciência de Dados, oferecido na forma de projeto-piloto pelos estados do Espírito Santo,

ALMEIDA, J. F. de; TORRES, J. C.

do Mato Grosso do Sul e de Santa Catarina. O curso se constitui como parte do Programa Pense Grande Tech, da Fundação Telefônica (Fundação Telefônica, 2022; 2023).

O projeto do curso de Ciência de Dados foi pensado a partir de pesquisa elaborada pela consultoria *Integration Consulting*, encomendada pela Fundação Telefônica, segundo a qual mais de 80% dos estudantes da rede pública demonstraram interesse pela formação técnica e, desses, 43% indicaram interesse no Curso Técnico em Ciência de Dados (Fundação Telefônica, 2022). O resultado da pesquisa foi recebido com entusiasmo pela gestão da Fundação Telefônica: “O levantamento soou como música para os ouvidos dos dirigentes da FTV, instituição que tem como lema ‘digitalizar para aproximar’” (Fundação Telefônica, 2022).

A partir dos números da pesquisa, a fundação se aliou ao Centro de Inovação para Educação (Cieb), que consta como parceiro técnico para a elaboração e o desenvolvimento do curso. A instituição foi escolhida em virtude de sua “[...] experiência no desenvolvimento de currículos em tecnologia” (Fundação Telefônica, 2022).

Outros parceiros que compõem a rede são a Instituição *HardFun Soluções Humanas*, responsável pela plataforma de Ambiente Virtual de Aprendizagem, e o Instituto *Ânima*, encarregado pela tutoria de acompanhamento dos professores que atuam no curso. Podem ser citados ainda a Social Good Brasil (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP) e técnicos das secretarias de educação que implementaram o curso como projeto-piloto (Fundação Telefônica, 2022).

Na Figura 1, é possível identificar alguns dos parceiros da Fundação Telefônica para o desenvolvimento e a implementação do curso.

Figura 1– Parceiros da Fundação Telefônica

Fonte: Escolas Conectadas (acesso em 6 fev. 2025).

Essa articulação de atores privados é denominada por Peroni e Caetano (2020) de *Rede dentro das Redes*. Essa articulação é complexa e envolve financiadores, articuladores e consultores, cada qual com uma função dentro da rede, os quais compartilham informações com o intuito de gerir as políticas públicas e atuar nelas de diferentes formas.

As instituições privadas formam redes dentro de redes, com o objetivo de “ajudar, auxiliar e colaborar” com governos. Na prática, querem modificar a gestão pública, promovendo seus negócios e empresas, terceirizando a atividade pública e supostamente trazendo conhecimento técnico, haja vista que a atividade pública deve ser desvinculada da atividade política, conforme esses filantropos e empresários, com apoio de governos que compactuam das mesmas ideias (Peroni; Caetano, 2020, p. 7).

Dentre a incidência de atuação dos atores privados, a dimensão que abrange o maior quantitativo de programas, projetos e iniciativas desses atores é a dimensão curricular (Adrião; Garcia; Drabach, 2020). Nesse direcionamento, a oferta do curso de Ciência de Dados exemplifica a incidência do setor privado em múltiplas dimensões: na dimensão curricular, na execução direta da oferta e na formação de professores, conforme é possível evidenciar a partir do Termo de Acordo de Cooperação.

ALMEIDA, J. F. de; TORRES, J. C.

Figura 2– Resumo do Acordo de Cooperação

RESUMO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 029/2022
PARTÍCIPES: Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da **Secretaria de Estado da Educação – SEDU** – CNPJ: 27.080.563/0001-93.
Fundação Telefônica – CNPJ: 02.985.136/0001-23.
OBJETO: Cooperação entre a **SEDU** e a **FUNDAÇÃO TELEFÔNICA** para a oferta piloto de 80 (oitenta) vagas no curso técnico de nível médio em Ciência de Dados, em caráter experimental, com carga horária mínima de 1200h organizados em 03 módulos semestrais de 400h cada, destinado a estudantes matriculados na 1^a e/ou 2^a série do Ensino Médio regular, com formação aos docentes que atuarão no referido curso técnico.
JUSTIFICATIVA: Ausência de chamamento público amparado pelo Art. 29 da Lei 13.019/2014.
Processo nº. 2022-1GPCK

Fonte: Espírito Santo (2022a).

O Termo de Cooperação, celebrado entre a Sedu e a Fundação Telefônica, especifica que a parceria ocorrerá em duas vertentes: uma por intermédio da oferta do curso, de caráter experimental, por não constar no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, e a outra vertente é por meio da formação dos professores que atuarão no curso.

A oferta do curso ainda ocorre em três módulos, composto de 400 horas cada. Os módulos possuem certificações intermediárias, segundo consta no currículo do curso aprovado pela Resolução nº 7.761/2024, do Conselho Estadual de Educação (Espírito Santo, 2024). Apesar de na especificação do termo de cooperação constar a oferta de 80 vagas, no edital de seleção de alunos houve a oferta de 160 vagas, o dobro do previsto. Todas as vagas foram ofertadas em três escolas estaduais localizadas em Vitória, capital do estado (Espírito Santo, 2023).

No tocante à parceria da Sedu com a Fundação Telefônica para a oferta do Curso Técnico em Ciência de Dados, o pacote para a oferta do curso inclui não apenas o currículo, mas, também, o guia para implementação do curso, desenvolvido pela Telefônica para que ocorra a adequação na implementação da proposta desenvolvida pela fundação, a formação dos professores que atuam no curso, o material didático utilizado e o monitoramento constante dos resultados e do desenvolvimento do curso. Nas palavras da gerente sênior de educação da Fundação Telefônica:
Faremos toda a formação dos professores das escolas selecionadas para o piloto, de ponta a ponta. Haverá acompanhamento ao longo de um ano com tutoria, que vai ser desenvolvida pelo Instituto Âmnia. Também daremos apoio para idealizar qual é o perfil dos professores que podem integrar essa disciplina, descendo até o nível de materiais,

sequências didáticas, planejamentos de aula, enfim, tudo o que for necessário para que de fato o projeto aconteça (Fundação Telefônica, 2022).

Em cada unidade curricular, há a disponibilização de roteiro pedagógico por aula e do material para a apresentação de apoio. Nos denominados roteiros pedagógicos, há o detalhamento de cada momento a ser desenvolvido na aula e inclui o que deverá ser destinado a cada ação realizada em sala de aula, conforme é possível observar na Figura 3.

Figura 3– Exemplo de roteiro pedagógico de aula




DESCRIÇÃO DA AULA / SEQUÊNCIA DE ATIVIDADES <i>(Neste campo devem ser apresentados os conteúdos, procedimentos, sequência das atividades relacionadas às habilidades desejadas e o tempo necessário para o desenvolvimento de cada etapa/momento/atividade da aula)</i>	
<ul style="list-style-type: none"> - Iniciar a aula perguntando quais foram as dúvidas acumuladas até ali sobre Transformação Digital. A partir desse retorno dos estudantes, fazer uma revisão de tudo o que foi visto sobre o tema até aqui. - Trazer alguns dos pontos de desafio da Transformação Digital. - Indagar nos alunos o que eles acreditam que está mudando no mercado de trabalho. Caso nenhum estudante se voluntarie, instigar a participação de alguém na sala. - Referenciar a resposta dos estudantes às pesquisas estatísticas sobre a dificuldade em encontrar trabalhadores qualificados para a necessidade das empresas. Mesmo com bons salários(mostrar salários), porque temos dificuldade de encontrar não de obra qualificada? - Apresentar estudos de caso que demonstram a dificuldade em encontrar pessoas com as habilidades exigidas pelo mercado. - Trazer como outro desafio significativo da Transformação Digital ao pouco investimento que se tem em inovação no Brasil e como isso pode dificultar o acesso à tecnologia. - Encaminhar como dever de casa assistir ao vídeo de 2019 em que Paula Bellizzi, ex-presidente da Microsoft Brasil, fala sobre os desafios da Transformação Digital e escrever um fichamento dos pontos mais relevantes. 	15 minutos 10 minutos 5 minutos 5 minutos 5 minutos 5 minutos 5 minutos

Fonte: Fundação Telefônica (2024).

A partir do roteiro de aula, há a convergência para o que Freitas (2018a) indicou, ao apontar a inserção dos pressupostos dos reformadores empresariais na educação, que contempla o controle do que é ensinado na escola. O roteiro de aula da Fundação Telefônica indica, além dos conteúdos a serem ensinados, o tempo que será dedicado a cada momento de atividade em sala de aula. Nesse sentido, o professor transforma-se no executor da proposta do ente privado.

Foi possível identificar que a proposta da Fundação Telefônica abrange diferentes dimensões na educação: a incidência direta, pela oferta de curso, a formação de professores, o material didático e o conteúdo a ser ensinado. Essa perspectiva, de formatação de cursos técnicos por empresas para adequar a formação aos interesses privatistas, foi identificada por Moraes, Reis e Alencar (2020), que analisaram as relações público-privadas na oferta da educação profissional no Centro Paula Souza, no Estado de São Paulo.

ALMEIDA, J. F. de; TORRES, J. C.

De acordo com os autores, essa prática contribui para a lógica mercantilista da educação, que passa a “[...] ter lógica e conteúdo orientados pelo mercado” (Moraes; Reis; Alencar, 2020, p. 22). Eles ainda abordam que é a disputa pelos conteúdos escolares que passa a ter “invólucro empresarial” (Moraes; Reis; Alencar, 2020, p. 22). Logo, há o direcionamento da formação para um “[...] sentido pragmático de atendimento às demandas de agentes privados por meio da adequação curricular às competências requisitadas pelo mercado” (Moraes; Reis; Alencar, 2022, p. 16).

A atuação do setor privado nas diferentes dimensões para a oferta do 5º itinerário proposto pela reforma do Ensino Médio, e considerando a relação com as bases legais que fundamentam as parcerias, evidencia as diferentes estratégias adotadas para o aprofundamento da privatização na educação pública.

Os representantes do setor privado têm operado cada vez mais dentro do próprio governo, fazendo parte e disputando a formulação e o desenvolvimento das políticas educacionais, bem como atuando in loco, por meio da doação, do apoio e/ou da venda de todo tipo de produto como consultorias, assessorias, plataformas digitais, ou o que chamamos de apoio técnico (Peroni; Caetano, 2020, p. 6).

Nesse contexto, é possível perceber que a incidência da Fundação Telefônica na oferta do curso técnico na Rede Estadual de Educação do Espírito Santo encontra espaço em redes complexas que se engendram não apenas na política educacional local. Essas redes de atores privados buscam ampliar sua atuação em diferentes dimensões da educação e em diferentes estados da federação, com o intuito de ampliar a hegemonia do ideal do empresariado nas políticas educacionais e na educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa apontam que há incidência de diferentes atores na implementação do itinerário técnico e profissional para o Ensino Médio oferecido pela Rede Estadual de Educação do Espírito Santo. A Fundação Telefônica é um ator privado já conhecido no âmbito nacional (Adrião; Garcia; Drabach, 2020; Caetano; Peroni, 2022) e atua, no que tange à implementação do itinerário formativo, na formação de professores e assessoria técnica às Secretarias de Estado da Educação. No entanto, conforme apontado na literatura do campo de políticas educacionais, o que se encontra em disputa é o projeto de formação e de sociedade (Adrião; Garcia; Drabach, 2020; Caetano; Peroni, 2022; Freitas, 2018a, b).

Nesse sentido, a realização das parcerias com fundações e institutos privados evidencia a complexa rede de atores privados que se articulam para pautarem a agenda da política educacional e para a condução dessas políticas, propondo *soluções* para a educação pública com base nos pressupostos e nos métodos de gestão com viés empresarial. Outro ponto de destaque é a adoção de modelos de currículo que são elaborados para atender aos interesses desses institutos e fundações, direcionando o conteúdo de acordo com as inclinações do mercado.

Evidencia-se que as formas de privatização na Rede Estadual de Educação do Espírito Santo encontram espaço nas bases legais no âmbito nacional, que se refletem

no contexto local. As alterações realizadas na LDB pela Lei nº 13.415/2017, e o aparato normativo que fundamenta a reforma do Ensino Médio, contemplam e abarcam as parcerias público-privadas para a oferta do 5º itinerário. Essas reformulações também foram contempladas na legislação da rede estadual investigada, o que, consequentemente, contribui para a ampliação da atuação dos atores privados na educação pública estadual.

Artigo recebido em: 12/03/2025
Aprovado para publicação em: 07/10/2025

THE IMPLEMENTATION OF THE TECHNICAL AND PROFESSIONAL TRAINING FORMATIVE PATHWAY IN THE HIGH SCHOOL IN THE STATE OF ESPÍRITO SANTO: THE PARTNERSHIP WITH TELEFÔNICA FOUNDATION

ABSTRACT: This article analyzes the incidence of the private actor Telefônica Foundation in the implementation of the technical and professional training pathway within the scope of the Curriculum Reform underway in Espírito Santo state Education Network. Based on documentary and bibliographic analysis, the outputs indicate the presence of privatization in different dimensions: in course offerings, in the curriculum, and in teacher training. Data also highlight the coordination of different actors for the course proposed by Telefônica Foundation, a fact that contributes to the expansion of privatization processes and the orientation of education towards meeting business interests.

KEYWORDS: Curriculum Policy. High School Reform. Public-Private Partnership. Espírito Santo State.

LA IMPLEMENTACIÓN DEL ITINERARIO FORMATIVO DE FORMACIÓN TÉCNICA PROFESIONAL EN LA EDUCACIÓN MEDIA EN EL ESTADO DE ESPÍRITO SANTO: LA ALIANZA CON LA FUNDACIÓN TELEFÓNICA

RESUMEN: El presente artículo analiza la incidencia del actor privado Fundación Telefónica en la implementación del itinerario de formación técnica y profesional en el ámbito de la Reforma Curricular en curso en la Red Estadual de Educación de Espírito Santo. Luego del análisis documental y bibliográfico, los resultados apuntan hacia la incidencia de la privatización en diferentes dimensiones: en la oferta del curso, en el currículo y en la formación de profesores. Los datos evidencian la articulación de diferentes actores en cuanto a la oferta del curso propuesto por la Fundación Telefónica, hecho que contribuye a la ampliación de los procesos de privatización y direccionamiento de la educación orientados hacia la atención de los intereses del empresariado.

PALABRAS CLAVE: Política Curricular. Reforma de la Educación Media. Alianza Público-Privada. Estado de Espírito Santo.

NOTAS

- 1- Em 2024, ocorreu alteração, em âmbito nacional, na carga horária do Ensino Médio. Para a presente pesquisa, mantivemos os documentos vigentes no ano de 2023 em virtude de toda a documentação do Acordo de Cooperação com a Fundação Telefônica e a oferta do Curso Técnico em Ciência de Dados terem sido elaboradas com base na legislação anterior e considerando o período de adequação à reformulação legal ocorrida em 2024. O Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo publicou a Resolução nº 8.300/2024, que “orienta as redes e instituições de ensino sobre o período de transição para implantação do ensino médio”.
 - 2- Entre outras parcerias, citamos o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e as instituições que compõem o Sistema S (Senai, Senac, Senar). As diferentes parcerias podem ser consultadas por intermédio dos editais de seleção, disponíveis em: <https://selecaoaluno.es.gov.br/>.
-

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; DRABACH, N. A influência de atores privados na educação paulista: a primeira geração da privatização. **Políticas Educativas**, Paraná, v. 13, n. 2, p. 96-108, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/107517/58360>. Acesso em: 12 de jan. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 1º mar. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e nº 11.494, de 20 de junho 2007. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm Acesso em: 1º mar. 2020.
- BRASIL. **Itinerário da Formação Técnica e Profissional – FTP** [livro eletrônico]: guia de implementação. Brasília: Ministério da Educação, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/Guia_FTP_2021_VF4_final5.pdf. Acesso em: 3 maio 2024.
- CAETANO, M. R.; PERONI, V. M. V. Relações entre o público e o privado na educação brasileira: neoliberalismo e neoconservadorismo - projetos em disputa. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 42, p. 1-26, 22 jul. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/53469/32448>. Acesso em: 12 de jan. 2023.
- ESCOLAS CONECTADAS. **Parceiros executores e certificadores**. Disponível em: <https://www.escolasconectadas.org.br/>. Acesso em: 6 fev. 2025.
- ESPÍRITO SANTO. Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE-ES nº 7.761/2024**. Aprova a oferta do Curso Técnico em Ciência de Dados, Eixo Tecnológico de Informação e Comunicação, no Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória: Diário Oficial, 20 mar. 2024. Disponível em: https://cee.es.gov.br/Media/cee/Resolucoes_Autorizativas_2024/res7761.pdf. Acesso em: 1º maio 2024.

ESPÍRITO SANTO. Resumo do Acordo de Cooperação 029/2022. Vitória: Diário Oficial, 2022a.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Edital SEDU nº 22/2023.** Processo seletivo para estudantes matriculados na 1^a ou 2^a série do Ensino Médio regular, na 1^a ou 2^a etapa da Educação de Jovens e Adultos – EJA – Ensino Médio da rede escolar pública estadual do Espírito Santo, para ingresso no Curso Técnico em Ciência de Dados, na forma concomitante, ofertado em escolas da rede pública estadual. Vitória, 2023. Disponível em:

<https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/19.06.2023.%20EDITAL%20N%C2%BA%2022.2023%20-%20Ci%C3%A3o%20de%20Dados.pdf>. Acesso em: 1º maio 2024.

ESPRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Plano de implementação:** Novo Ensino Médio Capixaba. Vitória, 2022b. Disponível em:

<https://novoensinomedio.sedu.es.gov.br/Media/NovoEnsinoMedio/Arquivos/PLI%20NOVO%20ENSINO%20M%C3%89DIO%20VERSAO%20MEC.pdf>. Acesso em: 12 de jan. 2023.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias.** São Paulo: Expressão Popular, 2018a.

FREITAS, L. C. de. Prefácio. In: GARCIA, T.; ADRIÃO, T. (Org.). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015)**. Curitiba: CRV, 2018b. p. 13-14. Disponível em: https://www.greppe.fe.unicamp.br/pf-greppe/download_do_e-book.pdf. Acesso em: 3 nov. 2021.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. Roteiro Pedagógico de aula: curso Técnico em Ciências de Dados. Disponível em: https://curso-ciencia-de-dados.s3.sa-east-1.amazonaws.com/gestao-de-dados/transformacao-e-inovacao-digital/PA10_TDI_final.pdf. Acesso em: 1º maio 2024.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. **Transparência**. 2023. Disponível em: <https://www.fundacaotelefonicavivo.org.br/quem-somos-a-fundacao-telefonica-vivo/transparencia/>. Acesso em: 1º maio 2024.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. Formação em Ciéncia de Dados: a nova proposta da Fundação Telefônica Vivo para o Novo Ensino Médio. Blog Dialogando, 28 abr. 2022. Disponível em: <https://www.dialogando.com.br/educacao/formacao-em-ciencia-de-dados-a-nova-proposta-da-fundacao-telefonica-vivo-para-o-novo-ensino-medio/>. Acesso em: 3 maio 2024.

MORAES, C. S. V.; REIS, E. D. dos; ALENCAR, F. Educação profissional paulista e relações público-privadas na política curricular: Centro “Paula Souza” (1995–2018). **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, e270005, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/GWC9cxLPgkRdGdNYwBzMjS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 maio 2024.

MOURA, S. A. de; OLIVEIRA, D. A. Atores privados, "soluções" do mercado e a privatização da educação: o caso das escolas cidadãs integrais no estado da Paraíba. *Rev. Bras. Polít. Adm. Educ.*, v. 40, n. 1, e136369, 2024.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R. Redes dentro de redes e as novas alianças entre Estado e mercado. *Revista Educre e Educare*, v. 15, n. 37, out./dez. 2020. Disponível em: https://periodicos.uem.br/index.php/educre_e_educare/article/view/1000

ALMEIDA, J. F. de; TORRES, J. C.

revista.unioeste.br/index.php/educereeducare/article/view/24176/17032. Acesso em: 3 maio 2024.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 427-446, 2005. DOI: 10.5007/00x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769>. Acesso em: 10 fev. 2025.

JAQUELINE FERREIRA DE ALMEIDA: Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus de Marília; Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Licenciada em Pedagogia. Membro do Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia (UNESP). Técnica Administrativa em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7400-9062>
E-mail: jaqueline.almeida@ufes.br

JULIO CESAR TORRES: Doutor e Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP); Graduado em Administração Pública pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Membro do Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia (UNESP). Livre-Docente em Política Educacional e docente do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de São José do Rio Preto, e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1002-0078>
E-mail: julio.torres@unesp.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).